ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados João César Mattogrosso e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, colegas deputados Jamilson Name, Marcio Fernandes e o nosso representante internacional deputado João César Mattogrosso, que nos representou na feira na Bolívia, está trazendo muitas inovações para o nosso Parlamento, para o Brasil, e também em Brasília. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero comunicar que as nossas sessões estão sendo transmitidas pela TV e Rádio Assembleia, pelos canais disponíveis, e redes sociais. Nos termos do artigo 114, parágrafo 1º, inciso III, vamos suspender a Sessão Ordinária, para fazer um evento. Estamos recebendo o governador do estado, a equipe do Poder Executivo e os secretários, para anunciar o pagamento das emendas parlamentares do ano 2023. Nós continuaremos transmitindo o evento do saguão e, assim que encerrar, voltaremos para a Sessão, já na Ordem do Dia. Está suspensa a presente Sessão (09h08min). (10h33min) Está reaberta a presente Sessão Ordinária. Agradeço a todos que estão no Plenário, no saguão, os vereadores, prefeitos, a sociedade organizada, os deputados e a equipe do governador, Eduardo Riedel, que estiveram aqui no evento de liberação das emendas parlamentares. Passo a palavra ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que ele preceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *"Ata da Septuagésima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Professor Rinaldo e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Oitenta e Um da Sexagésima Nona Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: E-mail da Fundação Nacional de Saúde; Ofícios nºs 847 a 850/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 7.686/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Junior Mochi, Pedrossian Neto, Professor Rinaldo, Antonio Vaz, Mara Caseiro e Pedro Kemp. Sobre a mesa, as proposições apresentadas pelos deputados Gerson Claro, Lia Nogueira, Gleice Jane, Neno Razuk, Zé Teixeira, Zeca do PT, Lidio Lopes e Renato Câmara.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Usou da palavra, o deputado Gerson Claro.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 172/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada*

aos familiares de Samuel Mark Evangelista Segovia, Camila Martins Veríssimo e David da Silva Santos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) Campus Dourados, pela comemoração de sete anos de criação; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Professor Rinaldo, Antonio Vaz, Lucas de Lima, Zeca do PT, João Henrique, Zé Teixeira, Renato Câmara e Jamilson Name. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna, para o pronunciamento da doutora Ângela Maria Couto, que abordará o tema: "A importância da Primeira Infância na Formação Humana". ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *– Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de agosto do ano de dois mil e vinte e três".* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Zé Teixeira, que assuma a primeira-secretaria, e proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Senhor presidente, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Está suprimida a segunda parte do Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 04088/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 04078/2023, 04077/2023); um requerimento (Prot. nº 04080/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04079/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04081/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 04078/2023, 04077/2023); um requerimento (Prot. nº 04080/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04079/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04081/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: oito indicações (Prot. nºs 04065/2023, 04066/2023, 04068/2023, 04070/2023, 04071/2023, 04073/2023, 04074/2023, 04072/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04067/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 04076/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de pesar (Prot. nº 04069/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de resolução (Prot. nº 03245/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 04083/2023, 04084/2023, 04085/2023, 04086/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 04089/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu vou falar daqui mesmo, do microfone de apartes. Preciso fazer um informe sobre a reunião da comissão de deputados que Vossa Excelência indicou para discutir junto à diretoria da Cassems e ao governo do estado, analisar a crise financeira e buscar uma alternativa para equilibrar as finanças do plano de saúde dos servidores, sem penalizá-los. Nós fizemos uma primeira reunião com a diretoria da

Cassems e tivemos a oportunidade de receber maiores informações sobre a situação financeira do plano. Na oportunidade os deputados puderam tirar dúvidas e questionar o presidente sobre a dívida acumulada que ela tem hoje. Nós discutimos seis propostas para que o plano possa equacionar a sua dívida e ao mesmo tempo aliviar para o servidor público o pagamento da taxa que foi aprovada na última assembléia da entidade. Dessas seis propostas, discutiu-se, por exemplo, que o governo do estado fizesse um abono de quarenta e cinco reais para quem ganhasse os menores salários. Nós discutimos a paridade na contribuição patronal de 6%, discutimos um aporte financeiro extra, do governo do estado, para ajudar equilibrar as finanças da entidade. Todas as propostas nós levamos para o governador do estado, na última segunda-feira, e ele ponderou sobre algumas. Uma delas é que não teria condições, por exemplo, de atender a paridade, fazer a contribuição que hoje é de 5,25%, para 6%, por servidor. O governo disse que não teria condições de fazer isso. Sobre a questão do abono de quarenta e cinco reais para os servidores que ganham os menores salários, o governo também achou inviável, mas analisou que seria justa a proposta de um aporte financeiro extra para a Cassems, reconhecendo o trabalho que a Cassems realizou durante a pandemia, em 2020 principalmente, que foi o ano mais grave que nós enfrentamos. Posteriormente, em 2021, a Cassems fez o Hospital de Campanha, ampliou o número de leitos, fez vacinação, tomou uma série de providências para atender os pacientes com Covid em situação mais grave. Segundo a direção da Cassems, foram gastos duzentos e noventa milhões de reais no enfrentamento à pandemia. Isso foi colocado para o governo do estado e ele reconheceu a importância que teve o plano de servidores para o conjunto do estado de Mato Grosso do Sul no enfrentamento à pandemia. A Cassems tem hoje dez hospitais no interior do estado, tem centros de diagnóstico, tem uma série de unidades de atendimento aos servidores, e isso acaba contribuindo com o próprio sistema de saúde do estado como um todo. Nós temos, por exemplo, o hospital de Nova Andradina, que atende a região e acaba aliviando a pressão sobre o Sistema Único de Saúde, os hospitais regionais, e assim por diante. Então, mediante essa situação, o governo do estado anunciou, na reunião que tivemos com o presidente da Cassems e alguns diretores, que entre hoje e amanhã vai enviar para a Assembleia Legislativa um projeto de lei para fazer um aporte financeiro de sessenta milhões de reais. Esse valor vai ser parcelado em duas ou três vezes, reconhecendo a importância da Cassems no enfrentamento à pandemia. Isso é uma contribuição extra, justamente porque na pandemia a Cassems não recebeu um real a mais para fazer tudo aquilo que fez, para atender os pacientes de Covid. Na reunião, senhor presidente, nós pedimos uma contrapartida da Cassems para aliviar para o servidor público. Primeiramente nós discutimos a isenção da taxa que foi criada, mas o doutor Ricardo Ayache explicou que não é possível. Buscamos, então, uma redução mediante esse aporte financeiro de sessenta milhões de reais, e a Cassems chegou à conclusão que é possível reduzir a taxa de quarenta e cinco reais para trinta e cinco reais. Vale lembrar que a Cassems passa a isentar os servidores do pagamento do chamado fator participativo das órteses, próteses e materiais especiais da cirurgia, do qual o servidor arcava com 20%. O que acontece é que muitos servidores não pagam, ou atrasam o pagamento dessa taxa, e isso soma hoje vinte e oito milhões de servidores inadimplentes. Então, a partir de agora, os servidores não vão mais pagar esse fator participativo e ainda vão ter uma redução da taxa que era de quarenta e cinco reais para trinta e cinco reais. Foi isso que nós discutimos na reunião. Eu estou aqui em nome do deputado Londres Machado, nosso presidente, que me encarregou de fazer esse informe, dizendo que com isso a nossa

comissão encerra os trabalhos com resultado positivo. Dessa forma, a Cassems recebe esse aporte, nós vamos aprovar aqui na Assembleia o projeto de lei que vai reduzir a taxa de quarenta e cinco reais para trinta e cinco reais, vai isentar o fator participativo. Acredito que foi um resultado satisfatório, a Assembleia fez o seu papel, teve uma participação muito importante, fazendo a interlocução com o governo, e nós nos prontificamos a acompanhar para sabermos como vai ser a aplicação do recurso, como vai ser o comportamento das finanças da Cassems, daqui para frente. O doutor Ricardo Ayache me disse que, espontaneamente, foi até o Tribunal de Contas do estado e pediu para que fosse feita uma auditoria, um levantamento de todas as finanças, dos balancetes da Cassems, para que as contas fiquem abertas, fiquem claras para a sociedade. O Tribunal de Contas tem expertise, tem técnicos qualificados para fazer esse estudo sobre o comportamento das finanças da Cassems e isso pode contribuir para que o plano busque equilíbrio financeiro e continue sendo um plano de excelência no atendimento à saúde dos servidores. Portanto, senhor presidente, aqui está a prestação de contas do trabalho realizado pela nossa comissão, anunciando que o governo vai protocolar o projeto e esta Casa vai discutir e aprovar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, gostaria de lembrar que essa comissão não encerra os trabalhos, ela continuará temporariamente porque segundo informações do deputado Londres Machado, que é o presidente, a avaliação financeira só será possível daqui a três ou quatro meses, por causa do pagamento dessa contrapartida, do aporte do governo. O deputado disse também que recebeu os requerimentos que foram feitos aqui na Casa, já nomeou o relator e encaminhou para Cassems para que sejam respondidos os questionamentos dos deputados, através dessa comissão, e se comprometeu a dar retorno e continuidade com relação a isso. Quero destacar que a grandeza do Parlamento está justamente nos questionamentos feitos entre nós, como por exemplo, quando um deputado questiona ou discorda do posicionamento do outro, e dizer que se não tivesse tido o questionamento deputado Rafael Tavares e do deputado João Henrique, talvez não tivéssemos formado a comissão e não teríamos contribuído para chegar a essa conclusão. Talvez essa não seja a expectativa de todos, mas já diminuiu a contribuição e há possibilidade de ter menos participação familiar. Então, quero agradecer a todos os membros da comissão, principalmente aos deputados que trouxeram esse debate para esta Casa, já que esse é o Parlamento sul-mato-grossense.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, apenas para retificar a minha fala, nós não encerramos a comissão, ela continua existindo, nós só encerramos essa primeira fase da negociação com o governo. Nós discutimos e ficou acertado com a deputada Lia Nogueira e com o deputado Coronel Davi que daqui a quatro meses vamos nos reunir novamente com a Cassems para avaliar o impacto desse aporte financeiro, o que ele significou, e se realmente aliviou a dívida. A comissão vai estar à disposição de todos os senhores deputados para que possamos continuar fazendo esse trabalho de acompanhamento do plano dos servidores. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, vou deixar para falar amanhã ou terça-feira, no Grande Expediente, acerca dos recursos que o governo do presidente Lula disponibilizou para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para o Brasil inteiro, investimento em todas as áreas. Para o Mato Grosso do Sul foi destinado quarenta e quatro bilhões de reais, dinheiro que o nosso estado nunca teve. É bom que se diga que dos quarenta e quatro bilhões disponibilizados para o Mato Grosso do Sul, não consta a conclusão da unidade de fertilizantes de Três Lagoas e não consta a duplicação da BR-262, de Três Lagoas a Campo Grande. Portanto, tem muito mais dinheiro ainda por vir. Pela ordem, senhor presidente, quero me reportar a três pontos que reputo importantes. O primeiro registro é que está confirmada a visita do ex-presidente Michel Temer; do ex-presidente Marito, do Paraguai, que entregou o mandato ontem ao novo presidente do Paraguai; e do ex-ministro Marun, para uma coletiva no seu gabinete, no dia 21 de setembro, às quatorze horas. Em seguida faremos a instalação oficial da Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, saída para o Pacífico, posteriormente iremos a Bonito, onde os dois ex-presidentes serão homenageados pelo movimento ambientalista, e no outro dia vamos visitar a ponte do rio Paraguai, junto com o Deputado Paulo Corrêa, Vossa Excelência e outras autoridades. O segundo registro é sobre o fundo de investimento para financiamento da agricultura familiar. Sessenta por cento desse financiamento foi usado no Nordeste, 30% no Norte, e só 8% Centro-Oeste. Eu fui atrás e descobri porque a utilização do financiamento para agricultura familiar é tão baixo no nosso estado. Lá no Nordeste, a Sudene, através do Fundo Constitucional do Nordeste, é o fundo avalizador da agricultura familiar junto aos empréstimos do Banco do Brasil. No Norte, através do Fundo Constitucional do Norte, a Sudene é o fundo avalizador do financiamento da Agricultura Familiar, mas aqui não. No dia que o ministro da Agricultura esteve aqui, eu, o deputado Vander, o ministro Paulo Teixeira e o governador Riedel nos reunimos com a superintendente nacional da Sudeco e ficou acertado, já está sendo encaminhado ao Congresso Nacional a medida provisória que irá garantir o Fundo Avaliador dos Financiamentos da Agricultura Familiar. Por último, quero registrar que nos dias 28, 29 e 30 estará em Campo Grande, Dourados, Aquidauana e Três Lagoas, uma comissão da Sudeco para garantir recursos para financiar a agroindústria da agricultura familiar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado. Lembrar que dia 21 de setembro teremos a instalação da frente parlamentar e o Deputado Paulo Corrêa vai ser o comandante, em nome da Mesa. Eu gostaria de registrar e agradecer a presença das vereadoras Silmara Leal e Fernanda Messias, do vereador Luiz Fernando, do município de Cassilândia; dos vereadores Emerson Garrucha e Alziro dos Reis Ferreira, do município de Bodoquena; do vereador Daniel Júnior, do município de Dourados. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu ouvi o senhor falando a respeito da Cassems, que o presidente se colocou à disposição, que vai responder tudo via comissão, mas de acordo com o compromisso firmado com os deputados, ele estaria aberto e teria transparência total para qualquer deputado que fosse lá. Eu só queria esclarecimento a esse respeito.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O presidente disse que está à disposição de qualquer deputado lá na Cassems, mas uma coisa é ir lá, outra coisa é fazer o requerimento aqui na Casa. O trâmite da Assembleia é: todo requerimento que chegar aqui na Casa será encaminhado via comissão, até por uma questão regimental, porque nós trabalhamos dessa maneira.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, como componente dessa comissão, eu acho que a Assembleia Legislativa cumpriu um papel preponderante para que a gente resolvesse parte dos problemas hoje vividos pelo servidor público. Eu acho que esse recurso empenhado pelo governo do estado, à Cassems, deveria ser empregado, sistematicamente, na diminuição da contribuição que os servidores terão que pagar depois do aumento. Como daqui a quatro meses nós vamos conversar novamente, eu vou continuar batendo nessa tecla de que o servidor deve ser atendido naquilo que ele mais precisa nesse momento. Agora, senhor presidente, o deputado tem a prerrogativa de saber todas as informações referentes à Cassems. O presidente da Cassems esteve aqui na Assembleia e disse que atenderia todos os pedidos de informação, que era um livro aberto, inclusive o deputado Rafael Tavares disse que enviaria um ofício para ele e perguntou se ele responderia, ele disse que sim. Eu peço, senhor presidente, que nenhuma prerrogativa dos deputados seja impedida, porque seria um decréscimo na fiscalização que esta Casa deve exercer. Esta Casa exerceu um papel preponderante, porque foi conseguido um recurso que vai reequilibrar as contas das Cassems, mas ela precisa olhar para o servidor e melhorar o atendimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de esclarecer que esta Casa não pretende obstaculizar qualquer trabalho de deputado, mas nós temos uma disciplina de trabalho. O presidente disse que responderia qualquer ofício do deputado, e qualquer deputado que queira enviar ofício diretamente à Cassems, ele tem o compromisso de responder, nem será necessário aprovar em Plenário. Qualquer requerimento que entrar nesta Casa, nós vamos encaminhar para a comissão que está discutindo, porque senão nós vamos ficar mandando recado. Então, quando o requerimento for através da Casa, a comissão vai cumprir o seu papel e nós vamos dar a resposta devida; quando o requerimento for direto à Cassems e ela não responder, vai encontrar respaldo desta Casa para fazer a cobrança. Os deputados João Henrique e Rafael Tavares podem contar com o nosso trabalho, no mesmo sentido. Disciplinamos o nosso trabalho e cumprimos o nosso papel. Eu já agradeci de público que esse debate veio para esta Casa por causa da intervenção dos deputados João Henrique e Rafael

Tavares. É em uma denúncia, em um trabalho da oposição que a gente aprende e que a gente cresce. E nós crescemos, o governador e a comissão fizeram o papel deles, e nós cumprimos o nosso papel, atendemos os servidores segurados da Cassems. É dessa forma que nós pretendemos continuar trabalhando. Está encerrado o Grande Expediente. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero cumprimentar a comissão articulada por Vossa Excelência, que cumpriu um papel extraordinário para resolver a demanda de uma polêmica que não se justificava, até porque, modéstia à parte, fui eu que levantei a questão da Cassems e foi no meu governo que a Cassems foi criada. Quero registrar a sensibilidade do deputado Pedro Kemp e agradecer Ao governador Riedel, que atendeu a demanda, o clamor, o pedido da comissão, e resolveu aportar um recurso substancial para a Cassems resolver problema, reconhecendo que a Cassems fez investimento e não despesa naquele período crítico da pandemia da Covid. Alguém falou aqui em melhorar o atendimento, mas o atendimento da Cassems já é de excelência. Essa madrugada, às duas horas da manhã, eu e a dona Gilda fomos até a Cassems para levar o Kalil José, nosso netinho, que estava com uma dor de ouvido insuportável, e na mesma hora foi atendido. O atendimento da Cassems é de excelência e tem que ser reconhecido, inclusive, nacionalmente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar e agradecer a presença do Pedrinho da Isca, do Valdir Di, e do Maguila, todos vereadores do município de Rochedo.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha aqui no Plenário e também pela TV Assembleia. Quero reforçar o que já foi dito pelo deputado Pedro Kemp, com relação ao trabalho que foi feito por essa comissão, e parabenizar Vossa Excelência por ter conduzido isso da melhor forma. Quero dizer também que nós tivemos três reuniões com a direção da Cassems, com o governador Eduardo Riedel e as tratativas avançaram, nós chegamos a um bom termo e a Cassems vai continuar realizando um trabalho de excelência na saúde para os mais de duzentos mil usuários em Mato Grosso do Sul. A transparência que está existindo vai continuar para que a Cassems traga todos os números, toda a realidade. Então, não tem números maquiados, tudo tem sido feito de forma isonômica e transparente. Parabenizar o nosso líder, deputado Londres Machado, por ter encabeçado essa comissão com toda a experiência que ele tem, mesmo porque o Parlamento está aqui para debates, questionamentos e denúncias, para depois buscar o consenso. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Há quórum para a deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em discussão. Projeto de Resolução nº 021/2023. Autores: deputado Paulo Corrêa e deputado Zé Teixeira. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao doutor Rodrigo Domingues lareia". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Resolução nº 021/2023, de autoria dos deputados Paulo Corrêa e Zé Teixeira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero registrar a sensibilidade do meu colega, deputado Zé Teixeira, que assinou junto comigo, e agradecer ao deputado Junior Mochi, que é o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O doutor Rodrigo Domingues lareia, que será beneficiado, presta um excelente serviço para a ortopedia no Mato Grosso do Sul, é um dos três médicos do Centro-Oeste que faz a cirurgia livro aberto, aqui em Campo Grande, e é filho de um produtor rural de Mato Grosso. Agradeço os votos e se não fosse a cota do deputado Zé Teixeira, eu não teria conseguido chegar a esse intento. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo- secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 115/2023. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Institui o Dia Estadual de Defesa da Prescrição Legível, a ser comemorada anualmente no dia 20 de setembro". A Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 115/2023, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 3. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 165/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Altera o parágrafo 1º, do artigo 135, da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do estado e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, à emenda supressiva nº 1, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 165/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Declaração de voto, senhor presidente. Esse projeto de lei visa alterar a lei estadual que trata dos tributos estaduais da Lei nº 1.810/1997, sobre transmissão causa mortis. Atualmente, caso o contribuinte requeira o inventário no prazo de sessenta dias, é acrescido uma multa de 20%, agora, de acordo com esse projeto, o prazo será de dois meses, o que irá beneficiá-lo, por conta da data de início e também dos finais de semana. Peço, portanto, o apoio dos nobres colegas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4. A pedido do autor, fica retirado de pauta o Requerimento nº 04/2023. Um requerimento, vinte e duas indicações, uma moção de aplauso e cinco moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Adolfo Casado Martins, no dia 12 de agosto de 2023. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Quero cumprimentar e agradecer a presença do Marcos Vinicius, vereador do município de Bela Vista; do Nelson de Paula, do Osmar Ajala, da Edney de Carvalho, vereadores do município de Bodoquena; do Mano Pereira, vice-prefeito de Bodoquena; do senhor Paulo Borges, o "Bodinho", do município de Paranaíba; do meu amigo Andrew Robalinho, vereador do município de Paranaíba; do Zuza, vereador do município de Itaquiraí; da doutora Alir Terra e do Jari Castro, presidente e vice-presidente da Santa Casa, que prestam um relevante serviço à população de Mato Grosso do Sul. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, fico muito feliz pelo reconhecimento de Vossa Excelência com relação à importância da atividade fiscalizatória do deputado Rafael Tavares, e a nossa importância também, quando levantamos o que está acontecendo dentro da Cassems. Senhor presidente, com todo respeito que tenho a este parlamento, algo está errado. Eu cheguei cedo aqui, mas não consigo sair do Plenário para ir lá ver o estado inteiro mobilizado pelo governador, num grande evento, para ser anunciada a transferência de emendas parlamentares no valor de quarenta e oito milhões de reais para a Assembleia Legislativa e, na mesma oportunidade, anunciado ao senhor Ricardo Ayache, à Cassems, um aporte, a título de doação, na ordem de sessenta milhões de reais. Quer dizer, praticamente, duas Assembleias... E ainda tenho que escutar do próprio deputado Pedro Kemp que os trabalhos da comissão provisória foram encerrados. Isso foi corrigido por Vossa Excelência, senhor presidente, e por ele, foi um ato falho, mas a impressão que vai causar para o público é de que está tudo resolvido. Cadê os documentos? Cadê os ofícios? Cadê a mobilização, acabou? O governo do estado pegou uma matéria publicada, paga com verba de publicidade da Cassems, no dia 6 de março de 2023, que diz: Cassems registra superávit em 2022, e vira exemplo a ser seguido por outros planos de saúde. Mas o que a gente vê é que esse modelo é falho, falta transparência. O ex-governador Zeca do PT, no início de seu mandato, falou uma verdade aqui: nunca a Cassems prestou contas para ninguém. As eleições sucessivas e ilimitadas constituem, consubstanciam um verdadeiro escárnio. Numa assembleia da Cassems, dos cinquenta e um mil servidores... Foram gastos por ano, aproximadamente, cinco milhões com verbas de publicidade, sem nenhuma transparência, sem nenhum documento, sem o conhecimento da própria comissão que a Casa criou. Não é legítima a cobrança de um centavo sequer a mais do servidor

público. Então, ouvir, senhor presidente, que o estado vai doar sessenta milhões de reais para a Cassems, quando eles têm um orçamento de um bilhão por ano, é revoltante. Na verdade, é a Cassems que deveria vir aqui cumprimentar os deputados e pagar as nossas emendas. É a Cassems que deveria pagar o próprio rombo. Eu entendo o esforço que o governador do estado está fazendo, mas veja, doutora Alir, presidente da entidade à qual eu sou associado, que é a Santa Casa, o orçamento da Cassems é de um bilhão por ano e nunca foi prestado contas para ninguém. A única empresa que faz auditoria interna da entidade, segundo o que a gente apurou, tem um capital social de 5 mil reais. Troca-se a empresa, mas sempre é o mesmo sócio, o mesmo dono que está há anos e anos auditando a Cassems. Na semana passada, tomei conhecimento, Jari, Alir, deputado Rinaldo, que a Ceasa está sendo fiscalizada pelo Tribunal de Contas. Os senhores já imaginaram se a Ceasa para? Vai faltar alimento para a população. Eu e o deputado Rafael Tavares apontamos no nosso pedido de CPI um fato certo e determinado, uma direção que nós queríamos investigar. Estudando eu descobri que a Cassems, por descontar, internalizar recurso público da ordem de um bilhão proveniente de repasse, convênio, junto aos servidores públicos do estado de Mato Grosso do Sul, tem o dever de ser fiscalizada. Eu fiz esse ofício semana passada, e ontem o doutor Ricardo Ayache esteve lá para que seja concedida uma espécie de habeas corpus do Tribunal de Contas para o balanço operacional. Quero observar que o tiro pode sair pela culatra, pode sair dali com busca e apreensão. Eu estou falando numa linguagem popular para que fique claro e não seja preciso esclarecer mais uma vez. Eu fiz isso, deputado Rinaldo, deputado Rafael Tavares, porque o Estatuto da Cassems, no artigo 7º, inciso I, alínea A, diz que a Cassems é patrocinada pelo Poder Executivo. Com essa arrecadação de um bilhão, por ano, não existe no estado de Mato Grosso do Sul nem um gestor que não tenha que prestar contas para o Tribunal de Contas da União e para o Tribunal de Contas do Estado. Então, eu fiz um pedido anterior à reunião do doutor Ricardo Ayache, para que o Tribunal de Contas reconheça a Cassems como jurisdicionada, porque nós temos uma caixa de assistência dos servidores do estado inteiro fiscalizada pelo Tribunal de Contas. Concedo um aparte ao deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Quero trazer aqui também a minha indignação, porque trouxemos os problemas da Cassems e tentamos uma solução através da comissão. A Casa trouxe como se fosse uma vitória, mas eu vejo que a vitória foi da Cassems, porque ela vai receber sessenta milhões do governo e ainda vai cobrar aumento do servidor. Era quarenta e cinco reais e baixou para trinta e cinco, por cada membro da família? Isso é balela, é conversa para boi dormir. Eu estou me sentindo um palhaço aqui, estou indignado. Todos os servidores vão pagar trinta e cinco reais e a Cassems ainda vai receber do governo. O que é isso?... [Fala de outro deputado, fora do microfone]... Eu falei que eu estou me sentido um palhaço, não chamei o senhor de palhaço. O senhor me respeite, eu falei que estou me sentindo. É só isso. Estou trazendo a minha indignação. Não concordo com isso e não vejo nenhum mérito da Casa no que diz respeito ao problema da Cassems.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço imensamente o aparte de Vossa Excelência, deputado Neno, que contribui com o tema. O artigo 76 da nossa Constituição Estadual autoriza e determina a fiscalização, não do balanço geral, mas uma fiscalização patrimonial, contábil, de gestão completa na Cassems. E é isso que o

servidor quer ver acontecer, e se estiver tudo OK, sairemos em defesa da entidade, da gestão, no primeiro momento, desde que nós tenhamos acesso verdadeiro a esses documentos. Então esse requerimento nosso vai tornar público o artigo 76 - Prestará conta qualquer pessoa física, jurídica, pública ou privada. que utilize, arrecade, guarde, gerencia, administre dinheiro, bens e valores públicos, pelos quais o estado responda ou que em nome deste assuma obrigações de natureza pecuniária. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas reconhece que entidades dotadas de personalidade jurídica, de direito privado, que prestem serviços de interesse público, pela aplicação, homologação de quaisquer recursos transferidos pelo estado ou município à entidade privada, ou de qualquer natureza, mediante acordo, ajuste, convênio, contrato ou instrumento congênere... Então, até PIX será revelado. Concedo o aparte ao deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Primeiramente quero parabenizar Vossa Excelência pela sua fala e, também, o deputado Neno Razuk. Também dizer que se antes a gente tinha motivos para fazer uma CPI da Cassems, afinal não estava sendo explicado para onde estava indo o dinheiro do servidor do estado, agora, com esse aporte do governo estadual, temos mais um motivo para investigar essas contas, Esse rombo alegado pela Cassems, agora recebeu um aporte de sessenta milhões. Segundo matéria do Midiamax, "Alvo de CPI na Assembleia, Cassems alega ter déficit de trinta e sete milhões, por isso aumentou a conta do servidor para quarenta e cinco reais". Lembrando que agora recebeu um aporte de sessenta milhões de todos os sul-mato-grossenses, porque não é dinheiro do governo, não é dinheiro de deputado, é dinheiro do pagador de impostos que está indo para a Cassems para cobrir o rombo. E a gente não sabe para onde vai o dinheiro da publicidade, as empresas terceirizadas, o aumento de custos. E para justificar esses sessenta milhões, a Cassems vai reduzir a contribuição de quarenta e cinco para trinta e cinco reais. Dez reais de desconto para o servidor, depois de um aporte de sessenta milhões do governo e um déficit de trinta e sete milhões. Eu não consigo entender essa matemática.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço a fala de Vossa Excelência, incorporo ao meu discurso. Lembrando que o valor dessa contraprestação é por membro da família, por pessoa, ela não é única, quarenta e cinco reais por servidor. Nós vamos continuar com o nosso trabalho e não aceitaremos que o servidor público pague um centavo dessa conta sem que venha a devida transparência e fiscalização pelos órgãos de controle externo e interno. Obrigado, senhor presidente, pela consideração, pelo aumento da nossa fala através dos apartes concedidos. Deputado Pedro Kemp, concedo o aparte a Vossa Excelência, e toda oportunidade que quiser, desde que o presidente permita.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só questão de ordem. Vossa Excelência já encerrou, portanto não pode conceder aparte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Por isso que eu joguei a bola para Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero parabenizar Vossa Excelência por esse entusiasmo fiscalizatório que é peculiar da juventude, e dizer que é

importante para esta Casa a participação de deputados com essa veemência, com esse entusiasmo, com essa vontade de trabalhar. Eu, como presidente, não estou aqui para fazer a defesa orçamentária, até porque eu não conheço o orçamento, a receita, a despesa. Genericamente posso dizer que o que foi apresentado para nós é que cada segurado custa para a Cassems trezentos e sessenta reais. Confesso que fiquei admirado, porque se for esse o valor, a Cassems é um exemplo, não só para o Brasil, mas para o mundo por atender duzentos mil segurados ao custo médio de trezentos e sessenta reais. É difícil fazer a gestão da saúde. Eu não estou discutido números, mas reconhecendo o papel da Cassems, assim como a gente reconhece o da Santa Casa, que é filantrópica. Especialmente durante a pandemia, a Cassems apresentou um número de gastos acima do normal, de duzentos e noventa milhões. Então, de forma alguma fizemos comissão para defender a sustentabilidade ou não da Cassems, mesmo porque esse papel cabe à própria diretoria. A esta Casa cabe o papel de cumprir o seu dever como representante do povo, buscando intermediar soluções para os problemas que aqui chegam. Formamos uma comissão que debateu o problema do momento e chegou a termo para diminuir um pouco a contribuição, mediante o aporte, e daqui a quatro meses fazer uma revisão. Então, não é satisfatório para esta Casa, não foi dado como resolvido o problema, mas, esta Casa cumpre o seu papel com responsabilidade, sempre em busca de resultados do seu trabalho. Então, é importante que Vossa Excelência busque informações, mantenha os requerimentos, acione o Tribunal de Contas, o Ministério Público, mas nesta Casa nós fizemos aquilo que é o papel dos deputados. Este é um Parlamento e sabemos que um Parlamento ouve a maioria e a minoria, mas como o que vale é a vontade da maioria, ficou decido formar a comissão e encaminhar os trabalhos dessa forma. Quero dizer que esta Casa está aberta a continuar o debate a qualquer momento, não na defesa de “A” ou “B”, mas na defesa da população sul-mato-grossense.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero agradecer Vossa Excelência pelo reconhecimento do nosso trabalho, pela aplicação regimental da lei interna orgânica, que é o nosso Regimento Interno. Dizer a Vossa Excelência, que é advogado, regimentalista, que ter um presidente que nos dá apoio regimental faz com que a gente consiga trazer resultado para a população, e nós estamos começando a resolver os problemas. Fico muito satisfeito de ter cravado o meu nome na história como autor do requerimento que vai tornar a Cassems jurisdicionada do Tribunal de Contas do estado, porque isso auxiliará a nossa Casa a agir sempre que tenha recurso público internalizado. Isso vale para qualquer matéria, para qualquer pessoa, entidade privada ou pública, que receba direta ou indiretamente recurso público. Nós precisamos aprender a usar o auxílio da Corte, e isso está sendo feito com o apoio de Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Casa está apoiando qualquer transparência. O que for para atender a população, encontrará amparo aqui. Nós não fazemos eco àquilo que é só para lacração da internet, mas o que for para resultado vai encontrar aqui uma Mesa Diretora e uma Assembleia forte e consistente. Quero agradecer a Ariadne, vereadora de Itaquiraí; o Ubiratan Canhete Campos Filho (Bira), vereador e presidente da Câmara de Corumbá. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h36min).